

# A FONÉTICA E A FONOLOGIA: COMO OS LIVROS DIDÁTICOS AS SIGNIFICAM

Terezinha Della Justina<sup>1</sup>

## RESUMO

O estudo buscou investigar como os discursos de livros didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio dizem a fonética e a fonologia, as posições discursivas assumidas pelos enunciadores/autores desses materiais. Para realizá-lo, foram investigados livros didáticos incluídos no Catálogo do PNLEM/2009, focalizando-se deles as seções e/ou capítulos que tratam do tema em questão, recortou-se algumas sequências linguísticas significativas para uma leitura discursiva na perspectiva da escola francesa da AD, visando a capturar instantes privilegiados de enredamento interdiscursivo entre o discurso gramatical e o discurso linguístico, cada um deles se revezando nos papéis de discurso agente e paciente.

**Palavras-chave:** Livro Didático; Fonética; Fonologia

Este artigo condiz com parte da dissertação<sup>2</sup> que investigou os discursos que dizem a fonética e a fonologia em livros didáticos (LD) do ensino médio. Apresenta-se elaborado acerca de dizeres presentes em LD e documentos oficiais (DO) não os mais recentes e/ou atualizados necessariamente, mas não por isso destitui-se de valor contributivo a outras pesquisas, principalmente àquelas que se caracterizam por estabelecer parâmetros entre os modos orientados para se conduzir o ensino da língua materna de diferentes contextos e/ou períodos .

Para o estudo, partiu-se do princípio que os discursos são historicamente constituídos, que há uma memória discursiva que os mantêm vivos, retomando-os, repetindo-os; mas que também, por serem constitutivamente heterogêneos, abrigam forças de mudança que possibilitam ressignificações de seu cerne; todavia, quanto mais grandevos, mais resistentes e difíceis de serem aluídos no campo discursivo em que circulam.

O discurso da Gramática Tradicional (DG) caracteriza-se por isto, erigido e sedimentado no terreno da tradição lógica greco-romana, por séculos comandou sozinho, atravessou fronteiras, tempos e espaços planeando leituras e fenômenos linguísticos. É identificado, mais especificamente, pela concepção da linguagem verbal

---

<sup>1</sup> Professora Ms da UNEMAT, campus de Sinop, MT. E-mail: ([tekadellaj@gmail.com](mailto:tekadellaj@gmail.com))

<sup>2</sup> “A fonética e a fonologia em livros didáticos do ensino médio: posições discursivas em jogo”, realizado no MeEL/UFMT(2011), sob a orientação da professora Dra Maria Inês Pagliarini Cox.

como expressão do pensamento; pela redução da língua à norma padrão de que decorre a polarização linguística categórica **certo versus errado**; pela primazia da modalidade escrita; pela confusão entre língua, escrita, norma padrão e gramática; pelo postulado de que a reflexão sobre unidades linguísticas descontextualizadas não-superiores à frase, amparada na metalinguagem da gramática tradicional, resulta em bom uso da língua. Sob esses imperativos, o ensino da língua materna se faz sobre uma aparente homogeneidade da língua, é prescritivo e purista, excluindo os usos linguísticos que não se conformam aos parâmetros por ela propostos, numa atitude de recusa da pluralidade inerente a todas as línguas vivas.

Tais preceitos discursivos começam a ser rompidos nas primeiras décadas do século XX pela linguística que chega legislando que a linguagem verbal é por natureza, e não por acidente, um instrumento de comunicação, que é primordialmente oral, é flexível, um sistema de normas variáveis a que se chega por meio de procedimentos indutivos e descritivos de pesquisa. A norma padrão, nessa perspectiva, é só mais uma modalidade da língua. Entretanto, o sistema homogêneo oposto à fala heterogênea, na consagrada dicotomia saussureana *langue/parole*, não representa, a princípio, uma ameaça ao império do DG, pois não desestabiliza o paradigma de ensino gramaticalmente orientado e, tal como a gramática tradicional, a linguística da língua, predominante na primeira metade do século XX, não transcende o nível da frase, não superando a prática de isolar a “forma” do “uso” e do “sentido” e de privilegiar a “forma”, na suposição de que a língua é primeiro “forma” e depois “uso”. Assim, à margem dos conhecimentos produzidos pela linguística do núcleo duro da língua, o ensino de língua materna não se desvia de sua tradicional fórmula: ensino prescritivo da norma padrão + ensino da metalinguagem da gramática tradicional. (NAZZARI e COX, 2007).

Com formatação diferenciada, é contemporânea a influência da linguística no discurso do ensino de língua materna, a partir da década de 1960, para melhor precisar. Se, para se fundar como ciência, a linguística insistiu na sua imanência e autonomia, depois de 50 anos, era chegada a hora de retomar aqueles componentes da linguagem que haviam sido descartados, dentre eles os componentes sociais dando-se origem, destarte, à sociolinguística para a qual todas as línguas naturais são um sistema heterogêneo e variável, um conjunto de subsistemas e de normas linguísticas

correlativas a fatores extralinguísticos. Concepção essa que abala o reinado absoluto do princípio categórico de avaliação dos usos linguísticos em *certos e errados* e franqueia-se espaço a um princípio relativista que os avalia em *adequados e inadequados* em função do contexto.

Os ares renovadores da sociolinguística chegam ao âmbito do ensino de língua materna aos poucos, porém abrindo uma ruidosa polêmica com os espíritos reacionários dos filiados à posição gramatical que persistem na defesa da língua homogênea e estática desempenhando o papel de guardiões da boa norma contra seus corruptores. Mas, mesmo a despeito da resistência desses, a concepção de língua plural é incorporada aos DO contemporâneos: (PCNEF/1997)<sup>3</sup>, (PCNEM/2000 e PCNEM+/2002), (OCEM/2006), DCNEM (1998 e 2011) e em 2004 é lançado pelo MEC/SEB/FNDE o (PNLEM) que, articulado estreitamente com a proposta defendida por tais documentos, vem para, de certa forma, regularizar a entrada desse material nas unidades escolares.

Nesse panorama de relação controversa e tensa estabelecida entre os dois discursos, numa conjuntura de mudança de paradigma no escopo do ensino de língua materna, os autores de LD de Língua Portuguesa que almejem a inclusão de suas obras no “Catálogo do PNLEM” necessitam alinhar-se ao discurso da linguística moderna (DL). Não podem mais, destarte, ignorar os critérios sinalizados pelo edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas.

Nesta perscrutação, especificamente, ao se tratar da fonética e da fonologia, por ser um espaço privilegiado para apresentação dos conhecimentos produzidos pela linguística sobre alguns fenômenos naturais de variação da língua mormente, os tratamentos que os enunciadores dos LD dispensam ao tema assenta-se com o foco de interesse. Por exemplo, hoje se torna um equívoco desconhecer que a fonética e a fonologia são ciências distintas com objetos próprios, assim como é um equívoco desconhecer que elas são ciências descritivas e explicativas e não normativas.

---

<sup>3</sup> Neste texto, **PCNEF** (1997) está utilizado na abreviação de *Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental*, **PCNEM** *Parâmetros Curriculares do Ensino Médio* (2000), **PCNEM+** *Parâmetros Curriculares do Ensino Médio +* (2002), **OCEM** *Orientações Curriculares para o Ensino Médio* (2006), **PNLEM** *Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio* e **DCNEM** (1998/2011) *Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio*.

Reportando-se sucintamente aos processos de estudos e sistematizações pelos quais passaram, depreende-se os tratamentos que lhes foram consagrados.

A “fonética” é muito anterior à “fonologia”; desde a antiguidade clássica, há registros de estudos fonéticos, mas eles atingem seu ápice e conquistam o *status* de ciência apenas no final do século XIX com a descoberta dos trabalhos dos foneticistas indianos e com os progressos feitos no campo instrumental. Até então a fonética se confundia com o estudo da pronúncia correta das letras e das palavras e era, portanto, uma disciplina normativa. Conforme Callou e Leite (1990), é nesse século que a fonética, desvincilhada da escrita, passa a ser entendida como “a ciência dos sons e sua classificação” (p. 47). E a criação do alfabeto fonético internacional em 1889 é “o coroamento de um esforço de se distinguir letra de som e de representar por símbolos distintos sons diferentes” (p. 49).

O termo “fonologia” foi cunhado no final do século XVIII, mas era entendido como ciência dos sons da fala, recobrando, numa relação sinonímica, o termo “fonética”. A primeira tentativa de apartar o estudo fonológico do som daquele fonético ocorreu no final do século XIX, com o trabalho de Baudoin de Courtenay que propunha distinguir a *psicofonética*, que estudaria os elementos (fonemas) com função na significação, da *fisiofonética*, que estudaria os sons como realizações individuais (CALLOU e LEITE, 1990, p. 12). No começo do século XX, Saussure (1916) dá um passo a mais na constituição da fonologia como ciência linguística independente da fonética. Com um pé no século XIX (tempo de estudos diacrônicos das línguas) e outro no século XX (tempo de estudos sincrônicos das línguas), Saussure (1975, p. 43) define a fonética como uma ciência histórica que “analisa acontecimentos, transformações e se move no tempo” e a fonologia como uma ciência que “se coloca fora do tempo, já que o mecanismo da articulação permanece sempre igual a si mesmo”. Também em Saussure vemos se esboçar, em paralelo com a distinção fonética/fonologia, uma primeira definição de fonema, quando o autor se refere às unidades *in abstracto*, fora do tempo, em comparação com as unidades concretas realizadas na cadeia falada que tem um desenvolvimento temporal:

Os elementos obtidos primeiramente pela análise da cadeia falada são como elos dessa cadeia, momentos irredutíveis que não se podem considerar fora do tempo que ocupam. Assim, um conjunto como *ta* será sempre um momento mais outro momento, um fragmento de

certa extensão mais outro fragmento. Em compensação, o fragmento irreduzível *t*, tomado à parte, pode ser considerado *in abstracto*, fora do tempo. Pode-se falar do *t* em geral, como da espécie *T* (designaremos as espécies por maiúsculas), do *i* como da espécie *I*, levando-se em conta apenas o caráter distintivo e deixando de parte aquilo que depende da sucessão no tempo (SAUSSURE, 1975, p. 51).

Além de propor a separação entre fonética e a fonologia, a primeira como sendo um estudo diacrônico dos sons e a segunda como sendo um estudo sincrônico, Saussure, ao postular que a linguagem verbal compreendia dois aspectos – a língua (*langue*) e a fala (*parole*) – preparou o terreno para que o estabelecimento das fronteiras entre elas se completasse. Os trabalhos de Nicolai Trubetzkoy, Roman Jakobson e outros componentes do Círculo Linguístico de Praga, no 1º Congresso Internacional de Linguística, realizado em Haia, em 1928, foram decisivos para a constituição da fonologia como um campo distinto da fonética, tendo um objeto próprio de estudo. Segundo Mori (2003, p. 149), esses autores sentiram a necessidade de estabelecer a diferença entre uma ciência que se ocupasse dos sons da fala, a fonética, e outra ligada aos sons da língua – a fonologia.

Essa diferenciação das duas ciências dos sons na base da dicotomia língua/fala guardava, em estado de latência, a possibilidade de uma definição do fonema como entidade relativa, opositiva e negativa. Quer dizer, os fonemas, no interior de um sistema linguístico, se definem não por propriedades particulares positivas, mas por um ter o que o(s) outro(s) não têm. Na esteira do pensamento saussureano, entre as décadas de 1920 e 1930, o fonema patenteia-se, nos estudos do Círculo Linguístico de Praga, como uma unidade abstrata, funcional e distintiva no interior do sistema de sons de uma dada língua. Dizer que o fonema tem um valor distintivo significa dizer que ele diferencia significados entre dois vocábulos, como, por exemplo, no par mínimo /pata/ e /bata/, a comutação de /p/ por /b/ faz-se acompanhar de mudança de significado. Assim, a fonologia terá por objeto o levantamento dos sons que se opõem dentro de uma dada língua, o que culminará com o estabelecimento de seu sistema fonológico. Já a fonética vai cuidar das consideráveis realizações fônicas dos fonemas que ocorrem na fala.

No campo da linguística, hoje é consensual que a fonética e a fonologia são ciências autônomas, como objetos e métodos próprios. Porém, isso não encerra as controvérsias acerca de sua interdependência. Há quem defenda uma separação forte

entre a fonética e a fonologia, a ponto de a fonética ser considerada uma ciência experimental não linguística. Porém, no campo da linguística, elas são como ciências inalienavelmente ligadas<sup>4</sup>.

Controvérsias à parte, interessa agora perscrutar como esses saberes produzidos no campo da linguística são apropriados pelos autores de LD do ensino médio, já que o edital e o guia de avaliação de obras do PNLEM postulam a inclusão do “componente fonético-fonológico” entre os conhecimentos linguísticos a ser trabalhados no ensino médio. Em relação a esse componente, o que se pode esperar – um balizamento pelo DL, que não mais confunde a fonética com a fonologia, os seus âmbitos de estudo ou um balizamento restrito pelo DG, tradicional e truncado, ignorando os conhecimentos produzidos pela linguística ou ainda uma aproximação apenas tangencial com um dos dois ou entre os dois?

Analisou-se para isso as seções e/ou capítulos destinados à fonética e à fonologia em sete livros didáticos do ensino médio, os seis primeiros constantes do Catálogo do PNLEM/2009, conforme lista abaixo:

PORTUGUÊS: LINGUAGENS. Wiliam Roberto Cereja e Thereza Anália Cochar Magalhães (L1). São Paulo: Atual, 2005	Capítulo 19	Sons e letras
PORTUGUÊS (L2). João Domingues Maia. São Paulo: Ática, 2004		
PORTUGUÊS – PROJETOS (L3). Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto de Moura. São Paulo: Ática, 2005/2008		
NOVAS PALAVRAS (1ª. série) (L4). Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio. São Paulo: FTD, 2005		
PORTUGUÊS – DE OLHO NO MUNDO DO TRABALHO (L5). Ernani Terra e José de Nicola. São Paulo: Scipione, 2004/2008		
PORTUGUÊS (L6). José de Nicola. São Paulo: Scipione, 2005/2008		
PORTUGUÊS: LÍNGUA, LITERATURA E PRODUÇÃO TEXTUAL (L7). Maria Luiza Abaurre, Marcela Nogueira Pontara e Tatiana Fadel. SP: Moderna, 2000/2002		

<sup>4</sup>Entre os autores que veem a interdependência dos dois campos está Ladefoged (1971) e Cagliari (2002).

Examine-se, pois, a SD1:

**SD1.** Fonologia é a parte da gramática que estuda os sons da língua quanto à sua função no sistema de comunicação linguística, quanto à sua organização e classificação. Também cuida de aspectos relacionados à divisão silábica, à ortografia e à acentuação das palavras, bem como indica a forma adequada de pronunciar certas palavras, de acordo com o padrão culto da língua” (2005, L1, p. 178).

Se esse enunciado terminasse no primeiro período, poder-se-ia ver nele uma posição de aliança com DL, pois a menção à fonologia como um estudo “funcional” dos sons nos remete para um enunciado produzido na formação discursiva da linguística. Porém, o segundo período, iniciado pelo operador argumentativo “também”, desloca a interpretação do DL para o DG e a fonologia deixa de ser vista como um estudo descritivo dos sons do português para ser um estudo normativo relativo à escrita, envolvendo separação de sílabas, acentuação gráfica, convenções ortográficas e oralização adequada das palavras conforme ao padrão culto da língua. O enunciador desliza para uma posição anterior ao final do século XIX, o que não nos surpreende, afinal, a fonética como a ciência incumbida da pronúncia correta das letras e das palavras, herdada da tradição greco-latina, é a referência do DG. É evidente, pois, nesse enunciado, a heterogeneidade discursiva entre o DG, discurso primeiro, e o DL, discurso segundo.

Além da referência à “função no sistema”, outro índice de diálogo com a linguística é o uso do termo “adequada”, ao invés de “correta” ou “certa”. Um dos enunciados de base do DL é aquele que afirma que toda língua viva é plural e que os usos diferentes da norma padrão podem ser adequados ou inadequados relativamente à situação, mas não absolutamente certos ou errados. E, hoje, esse enunciado circula profusamente na esfera do ensino de língua materna. Assim, mesmo os sujeitos posicionados à direita do DG sentem-se compelidos a evitar o uso dos critérios certo/errado. Se não tivesse ocorrido a proliferação dos critérios adequado/inadequado, certamente o enunciador que fala em L1 teria dito “[...] a forma *correta* de pronunciar certas palavras, de acordo com o padrão culto da língua” sem se acautelar do estigma que envolve os critérios certo/errado, mesmo

porque ele não diz *pronúncia adequada às variedades da língua*, mas *pronúncia adequada ao padrão culto da língua* e tão somente. Diante dessa articulação inesperada de um critério de avaliação relativizante com uma norma absolutizada, vê-se a tentativa de aproximação com o DL esvair-se porque, embora o termo “adequada” faça ressoar no Mesmo o discurso do Outro, dialogando aparentemente sem embates, ele entra numa relação sinonímica com “correta”, da qual é apenas um eufemismo.

Essa tradução do Outro pelas categorias semânticas do Mesmo constrói, conforme Maingueneau (2005), um simulacro do Outro pelo Mesmo. Esse simulacro do Outro aqui pode ser considerado não como uma adesão ao DL, mas sim como uma jogada para agradar/satisfazer o Outro – os documentos oficiais, os avaliadores de livros didáticos, que, presumidamente, exigem a postura politicamente correta diante da diversidade: “[...] não se deve externar preconceitos de espécie nenhuma”, isso valendo também para os usos da língua. E determinar alguns usos como “certos” remete, em contraponto, aos “errados”, caracterizando uma postura de preconceito linguístico de que o enunciador de L1 estrategicamente se safa mediante a apropriação do termo “adequado” investido, pelo processo de tradução, do sentido de “correto”.

L2 e L3 nomeiam o tópico simplesmente de fonética, não fazendo referência à fonologia, o que denota a dominância do DG; porém trazem, logo no início da primeira seção, o conceito de fonema que é do âmbito da fonologia e, portanto, do DL. L2 não define fonética, mas L3, sim, e o faz nos seguintes termos:

**SD2.** Fonética é a ciência que estuda os sons da fala.

Fonema é todo som da língua capaz de estabelecer distinção entre palavras: f/a/t/o, g/a/t/o. (2005, L3, p.440)

Percebe-se nesse enunciado o emparelhamento de duas formações discursivas, embora não haja marcas explícitas dessa junção. Apenas o leitor bem iniciado no DL é capaz de ver nela contradição entre perspectivas discursivas: a perspectiva gramatical aludindo à “*fonética* como ciência que estuda os sons da fala” e a perspectiva linguística aludindo ao conceito de *fonema* que é nuclear à fonologia. Certamente, os leitores a quem os livros são destinados não vão estranhar essa combinação.

Provavelmente nem os enunciadores de L2 e L3 se percebem deslizando inadvertidamente de um discurso para outro, dada a relação superficial que mantêm com o DL.

L4 inicia a exposição do tema sem conceituar fonologia tampouco faz menção à fonética, mas faz referência a fonema; já em L5 e L6, com pouquíssimas diferenças entre os dois<sup>5</sup>, numa aparente demonstração de que dialogam com DL, os enunciadores definem a fonética e a fonologia, mediante citação explícita de um dicionário de linguística, caracterizando, assim, uma das formas de heterogeneidade discursiva tratada por Authier-Revuz (2004) – a heterogeneidade mostrada marcada:

**SD3.** A palavra **fonologia** é formada por dois elementos de composição: fono (“som,voz”) = logia (“estudo, ciência”). No *Dicionário de linguística* (organizado por Jean Dubois e editado pela Cultrix), encontramos a seguinte definição: “A **fonologia** estuda elementos fônicos que distinguem, numa mesma língua, duas mensagens de sentido diferente (a diferença fônica no início das palavras do português **bala** e **mala**, a diferença de posição do acento no português **sábia**, **sabia** e **sabiá**, etc.). Nisto [a fonologia] se diferencia da fonética, que estuda os elementos fônicos independentemente de sua função na comunicação”. (2004, L5, p.188)

**SD4.** Fonologia é “a ciência que estuda os sons da língua do ponto de vista de sua função no sistema de comunicação linguística. Ela estuda os elementos fônicos que distinguem, numa mesma língua, duas mensagens de sentido diferente (a diferença fônica no início das palavras do português **bala** e **mala**, a diferença de posição do acento no português **sábia**, **sabia** e **sabiá**, etc.) e aqueles que permitem reconhecer uma mensagem igual através de realizações individuais diferentes (voz diferente, pronúncia diferente, etc.) Nisto se diferencia da fonética, que estuda os elementos fônicos independentemente de sua função na comunicação”. (DUBOIS, Jean *et alii*. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1986. p. 184-5) (2005, L6, p.11)

Nesses dois enunciados, os enunciadores se alinham com o DL, distinguindo claramente a fonologia da fonética e definindo-as segundo a semântica dessa formação discursiva. O recurso à citação explícita aspeada é uma estratégia que pode ser encarada de diferentes modos. Para Authier-Revuz (2004, p. 37), “o lugar do ‘outro

---

<sup>5</sup> A semelhança é justificável, pois um dos autores, José de Nicola, assina sozinho L6, mas é parceiro de

Ernani Terra em L5. discurso' não é *ao lado*, mas *no* discurso”, aquele que o cita se põe no papel de “porta-voz” desse outro e o traz para si. Já para Maingueneau (1997a), reportando-se também a dizeres de outros teóricos, o fenômeno da citação pode ser encarado

[...] como distanciamento muito variável, que o discurso, ao citar, introduz com relação ao discurso citado. Nesse sentido, sublinhamos a *ambiguidade fundamental do fenômeno da citação*, caso seja considerado o grau de adesão do locutor ao que está dizendo. Assim, na opinião de A. Berrendonner (1981), se um locutor ‘contenta-se em relatar as alocações assertivas de um terceiro, em lugar de garantir *pessoalmente*, através de uma simples afirmação, a verdade de p, isso permite concluir que ele *não pode*, por si só subscrever p, não acreditando muito, por conseguinte, em sua verdade’; em compensação, para C. Kerbrat-Orecchioni (1978), ocultar-se por trás de um terceiro ‘é frequentemente uma maneira hábil por ser indireta’ de sugerir o que se pensa, sem necessitar se responsabilizar por isto. Aí reside a ambiguidade do distanciamento: o locutor citado aparece, ao mesmo tempo, como o não-eu, em relação ao qual o locutor se delimita, e como a “autoridade” que protege a asserção. Pode-se tanto dizer que ‘o que enuncio é verdade porque não sou eu quem o digo’, quanto o contrário. (MAINGUENEAU, 1997a, p. 85 e 86)

Assim, se os enunciadores de L5 e L6 optam por definir a fonética e a fonologia na companhia de enunciadores autorizados do DL, eles o fazem movidos pelo peso de um argumento de autoridade em relação a um domínio linguístico que lhes é pouco familiar, haja vista o desdobramento das duas ciências no escopo de cada manual. Atribuindo a palavra a um outro identificado com o DL, os enunciadores de L5 e L6 mantêm seu posicionamento ambíguo em relação ao DL e DG. Podem ficar lá e cá. Em L5, depois desse “feliz” começo, à direita do DL, por assim dizer, há uma derrapagem em direção à fonética, compreendida pelo viés do DG, nucleado por uma perspectiva grafocêntrica e homogeneizante da língua e devotado ao domínio de convenções ortográficas, regras de acentuação gráfica e divisão silábica e pronúncia correta de determinadas palavras. Já L6, embora credite espaços mais generosos à linguística no tratamento dispensado à fonologia, não deixa de deslizar para o DG, ao tratar das variações de pronúncia como “desvios” de ortoépia e prosódia, como se o oral derivasse da escrita e não o inverso.

Apenas L7 mantém-se fiel aos postulados teórico-metodológicos do DL, lidando

conscientemente com o risco da derrapagem em direção à escrita, atitude indesejável no estudo da fonologia, como mostra o trecho italicizado no interior de SD5.

**SD5.** Existe, é óbvio, uma relação natural entre a fala e a escrita, em um sistema alfabético. No entanto, para estudarmos a fonologia da língua, *é necessário que nos esqueçamos momentaneamente da escrita e que nos concentremos nos sons da língua* e na maneira como eles se organizam em um sistema fonológico, a partir do qual se torna possível estabelecer uma rede de oposições significativas que possibilita estabelecer distinções semânticas (de significado) entre as palavras. (2002, L7, p.17)

A adesão ao DL é plena, notadamente percebida nas SD6 e SD7, mas na forma da heterogeneidade não marcada, pois apenas o leitor que tem muita intimidade com o DL é capaz de reconhecer nelas o diálogo com os princípios e procedimentos analíticos da fonêmica e com a teoria do “valor” de Saussure (1975, p. 137) que afirma que “O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam à significação.” e, mais, que “Os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas” (p. 138).

**SD6.** A primeira tarefa de quem se propõe estudar o sistema fonológico de uma língua qualquer é fazer um levantamento dos sons que ocorrem nessa língua. Somente a partir desse levantamento inicial podem ser feitas as perguntas verdadeiramente relevantes para a fonologia, ou seja, como se organizam esses sons em um sistema fonológico? Quais são os fonemas da língua?

Vamos observar alguns exemplos de variação fonética no interior de uma mesma variedade da língua e, em seguida, avaliar o *valor* fonológico dessa variação. (2002, L7, p. 17)

**SD7.** Agora, vamos tirar uma conclusão muito importante, a partir dessas ocorrências fonéticas, para os estudos de fonologia: *apesar da diferença fonética observada, os sons [t] e [tʃ] “valem” uma unidade fonológica apenas, ou seja, são realizações de um único fonema, /t/, na Língua Portuguesa. O mesmo é verdade com relação a [d] e [dʒ], que também “valem” apenas uma unidade fonológica na língua: o fonema /d/* (p.17).

[...]

Fonema é a unidade fonológica cuja ocorrência, nas diversas posições silábicas, contribui para o estabelecimento de diferenças de significado entre as palavras. (2002, L7, p. 17)

Na SD6, o diálogo com o DL, mais precisamente, com a fonêmica, se faz através de uma incisa discursiva<sup>6</sup>, recurso que silencia a presença do Outro no Mesmo. Contudo, também na SD6, o itálico na palavra *valor* e, na SD7, as aspas em “valem”, constituem casos de modalização autonímica<sup>7</sup>, conforme Authier (2004). As enunciadoras não apenas usam os termos “valor” e “valer”, mas indicam que o empregam no sentido linguístico, mais exatamente, no sentido saussureano, e não no sentido habitual. Todavia, o itálico e as aspas são marcas da presença do Outro apenas para leitores bem iniciados na formação discursiva da linguística uma vez que leitores leigos não são capazes de perceber nelas uma remissão à teoria do valor.

Para rematar, pode-se dizer que, em maior ou menor escala, a hipótese conjeturada desde o início do estudo foi confirmada: nas páginas dos LD há um espaço discursivo formado pelo enredamento de dois discursos – o DG e o DL. Acheça-se, pois, que, depois de um século de ciência linguística, de quatro décadas de fermentação do novo paradigma de ensino de língua materna e de mais de uma década de surgimento dos DO, nenhum autor de LD ousa ignorar o DL; pois em todos os LD analisados sucedem diálogo com o DL mesmo que minimamente. O índice desse diálogo pode estar na definição de fonologia ou de fonética ou na menção a fonema ou no uso das barras inclinadas para demarcá-lo, conforme recomendam as normas de transcrição fonológica; porém a indistinção entre a fonética e a fonologia na maioria dos livros patenteia a dominância do DG. Em L1, L2, L3, L4 e L5, o diálogo com DL é

---

<sup>6</sup> As incisivas discursivas são formas não marcadas de heterogeneidade discursiva e consistem em sequências ou fragmentos de sequências discursivas oriundos de outros discursos que, ao serem interiorizados, não deixam marcas de sua procedência externa, nem de seu processo de apropriação” (INDURSKY, 1992, p. 345).

<sup>7</sup> Authier (2004) se dedicou ao estudo da modalização autonímica, que ela distingue da pura autonomia, como uma outra estratégia de o enunciador mostrar que está duplicando suas palavras – como *uso* pelo seu “próprio” discurso e como *menção* a um discurso outro. A modalização autonímica pode marcar-se no fio do discurso por meio de formas gráficas, como as aspas, o itálico, a caixa alta e a entonação, por meio de construções metaenunciativas integradas etc. As aspas constituem “a arquiforma” da modalização autonímica, indiciando, como sinal gráfico, uma auto-representação do dizer. Uma das propriedades das aspas é o vazio interpretativo que resulta no que Authier (2004) chama de “apelo de glosa”. As aspas da modalização autonímica são, pois, um convite à interpretação.

tangencial e inconsistente, uma espécie de meia volta antes de entrar em definitivo no recinto das convenções ortográficas, com suas regras de acentuação gráfica e de separação de sílabas.

L6 concede um espaço mais generoso à fonologia, apresentando todos os fonemas vocálicos, semivocálicos e consonantais transcritos conforme o AFI e descritos por meio de traços articulatórios, para além da separação entre vogais e consoantes, traços de classe principal. Contudo, após essa concessão à fonologia, também ele entra no âmbito da ortografia, ocupando-se em rememorar as regras de separação de sílaba e de acentuação gráfica, bem como os casos de letras concorrentes para a escrita de um mesmo fonema (/S/ /Z/ /s/ /z/ etc).

Apenas L7 mantém-se consistentemente alinhado com o DL, destoando dos demais, pois é o único a promover um diálogo mais estreito com a fonologia, abordando os princípios de análise fonológica a partir de dados fonéticos, definindo fonema a partir da teoria saussureana de valor, apresentando uma classificação completa dos fonemas do português de base articulatória, utilizando criteriosamente o AFI, diferenciando transcrição fonológica de transcrição fonética, mantendo-se deliberadamente no escopo da oralidade para tratar do tema.

As atividades práticas (os chamados exercícios) apensadas aos capítulos/seções em todos os LDs (inclusive em L7 que, na parte expositiva, alinha-se com DL) são direcionadas para os usos da norma padrão escrita, explorando principalmente as convenções ortográficas, a separação de sílabas na escrita e a acentuação gráfica.

A escolha de se examinar o tratamento destinado à fonética e à fonologia se deu por serem disciplinas já consolidadas no campo da linguística do núcleo duro da língua, fato pensado como facilitador do trabalho de transposição didática dos conhecimentos científicos para o ensino de língua materna no LD. Não se intencionou discutir se pertinente ou não a inclusão desse tema entre os demais conteúdos linguísticos abordados nesses materiais, porém considera-se que é questão que merece ser discutida. Contudo, se acaso lá estiver, não deve ser por uma mera mimese da tradição gramatical que sempre contemplou os três níveis gramaticais: fonética, morfologia e sintaxe; carecem, sim, de tratamento com precisão científica, de não veicular equívocos

conceituais como, por exemplo, confundir fonética e fonologia, fonologia e ortografia, letra e fonema etc. Caso se proceda à transposição didática, tampouco se advoga que se tenha por princípio a exaustividade, aliás, nem à graduação em Letras cabe explorar a fonética e a fonologia em sua inteireza, apenas os cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* que as incluam como linhas de pesquisa é que teriam obrigação e espaço-tempo para fazê-lo; porém ratifica-se que os procedimentos, ao se selecionar aquilo que se inclui como objeto de estudo, precisam obrigatoriamente ter coerência com as peculiaridades do tema.

### ABSTRACT

This research investigated how the discourses of phonetics and phonology showed in teaching books of Portuguese Language that are used for high school levels, the discourse position took by utterers/authors their editions. With that purpose, teaching books were analysed including the PNLEM/2009 Catalog, laying emphasis on sections or chapters in which the theme was considered, meaningful linguistic sequences were outlined develop for a discursive reading under the view of the French DA School, aiming to take important points of intradiscourse entanglement between grammatical discourse and the linguistics discourse, each one of them relaying and performing the roles of agent and patient discourses.

**Keywords:** Teaching Books ; Phonetics; Phonology

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, M. L.; PONTARA, M. N. e FADEL, T. *Português: língua, literatura e produção textual*. São Paulo: Moderna, 2000/2002.

AMARAL, E. et alii. *Novas Palavras*. São Paulo: FTD, 2005.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BRASIL/SEMTEC/FNDE (PNLEM 2005). *Catálogo Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

BRASIL. OCEM/MEC – Secretaria de Educação Básica – *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*; vol. 1. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. PCNEM/MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. PCNEM+/MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio+*. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. DCNEM/MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica – *Diretrizes Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. *Iniciação à fonética e à fonologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CEREJA, W. R, e COCHAR, T. A. *Português: linguagens*. São Paulo: Atual, 2005.

FARACO, C. E. e MOURA, F. M. *Português: projetos*. São Paulo: Ática, 2005/2008.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. 1992. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1992.

JAKOBSON, R. *Fonema e fonologia: ensaios*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

LADEFOGED, P. *Preliminaries to Linguistic Phonetics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

MAIA, J. D. *Português*. São Paulo: Ática, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes/EdUNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005

MASSINI-CAGLIARI, Gladis & CAGLIARI, Luiz Carlos. Fonética. In: *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORI, Angel Corbera. Fonologia. In: *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003.

NAZZARI, Marinez Santana e COX, Maria Inês Pagliarini. Heterogeneidade linguística: gestos de interpretação esboçados por professores de português. In: DIAS, Marieta Prata de Lima (org.). *Língua e literatura: discurso pedagógico*. São Paulo: Ensino Profissional, 2007, p. 51-76.

NICOLA, J. *Português*. São Paulo: Scipione, 2005/2008.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes,

2000.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. – 3ª edição - Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975/1993.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cutrix, 1975.

TERRA, E. e NICOLA, J. *Português – de olho no mundo do trabalho*. São Paulo: Scipione, 2004/2008.